



Salão Nobre dos Paços do Concelho

Reunião Ordinária de 14-12-2020

Ata nº 25

Membros da Câmara Municipal	Cargo	P/F/S
Manoel Batista Calçada Pombal	Presidente da Câmara Municipal	P
Vítor Sílvio Cardadeiro	Vereador	P
Maria José Nóvoas de Pinho Gonçalves Codesso	Vereador	P
José Adriano Esteves Lima	Vereador	P
Alexandre Bruno Barros Reinales	Vereador	P
José Custódio Domingues	Vereador	P
Maria Sameiro Sousa Domingues Lima	Vereador	P

P-Presença F-Falta S-Suspensão

Situação financeira em 04-12-2020

Operações Orçamentais	95.743,71€
Operações de Tesouraria	508.967,23€
Documentos	0,00€

Início da reunião:14.30 horas

Esta reunião foi secretariada por Sandra Cristina Pires, Chefe de Divisão da Divisão de Gestão Municipal.

I – Antes da ordem do dia

O Presidente iniciou a reunião, convidando os vereadores a estra presentes na próxima reunião da Assembleia municipal que se realizará no próximo sábado, às 10h na Casa da Cultura.

O Presidente Informa que no dia de hoje decorrem dois momentos importantes. O primeiro momento decorreu às 11h nas Termas, com a entrega por parte da Sra. Secretária de Estado do Turismo do Termo de aceitação da candidatura submetida ao turismo de Portugal para financiamento da Obra do Grande Hotel do Peso. O segundo momento decorreu no Salão Nobre com a presença dos Presidentes de Câmara ou representantes das Câmaras de Monção, Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Braga e Vila Verde, para celebrar o Protocolo do Caminho Minhoto Ribeiro. A iniciativa partiu do lado galego que em conjunto com o Mário de Cevide nos apresentaram a proposta para desenvolver este projeto. A ideia é definir o caminho, marcar e certificar. Há abertura do Turismo para esta certificação que esperemos estar pronta para nas comemorações do ano Xacobeo 2021, ser lançado oficialmente.

O Presidente transmite que no dia 04 de dezembro arrancou a Iluminação e a programação de Natal bem desenhada, que se espera que traga dinamismo à zona urbana e que seja uma mais valia para o comércio local que atravessa momentos difíceis.

O Presidente continua informando que no fim de semana anterior decorreu em Melgaço a Taça de Portugal de Trail, em parceria com a Associação de Trail Running que trouxe algum contributo para o alojamento e restauração.

Termina solicitando aos vereadores que o ponto 257 seja analisado em conjunto com o Orçamento no ultimo ponto da reunião.

O Vereador Vítor Cardadeiro pediu a palavra para informar que esteve presente numa reunião da APA, em que foi discutida a questão da Rota do Alvarinho, e para a qual notou uma certa insatisfação por parte de alguns produtores que se sentiram excluídos do processo, que não foram chamados a dar o seu contributo. Sentem-se afastados do processo, pela Câmara de Monção, que dizem que está a zero, que ninguém acompanha o processo da Rota do Alvarinho, consideram mesmo que se está a voltar novamente atrás, que a Câmara de Melgaço está a liderar o processo sozinha. O Vereador considera que nesta fase o processo da Rota pode ser muito importante, sendo num contexto económico diferente de há anos atrás quando se tentou lançar a Rota. Considera que o Turismo está em grande desenvolvimento, que o Enoturismo tem futuro, assim como o Turismo de Saúde.

O Presidente transmite que o vereador José Adriano está a liderar o processo da Rota do Alvarinho pela Câmara de Melgaço. Informa que recuando atrás em 2007 foi lançada a Rota e feito o desafio à Câmara de Monção, mas que nessa altura recusou entrar no projeto.

Nesta fase fez-se uma candidatura em 2017/2018 para fazer novamente o lançamento da Rota, feito de forma concertada com a Câmara de Monção, em que se fez questão de Melgaço ficar como entidade gestora. Concertado o projeto com Monção, fez-se a candidatura ao Valorizar para financiamento das ações a desenvolver, entre as quais a Remodelação do Solar do Alvarinho com um investimento de cerca de 200.000€. Após a candidatura elaborou-se o Regulamento mais uma vez em estreita colaboração com a Câmara de Monção. Se porventura existe algum reparo por parte dos produtores à Câmara de Monção, desconhece. Informa que curiosamente há cerca de 15 dias atrás recebeu um email do Presidente da CVRVV, Manuel Pinheiro, enviado para várias entidades, a dizer que não fazia sentido criar uma Rota do Alvarinho Monção e Melgaço, uma vez

que eles estavam a desenhar uma Rota dos Vinhos Verdes. Acrescenta que o Porto e Norte respondeu a dizer que também não faz sentido, assim como a Adega de Monção que também respondeu que não faz sentido. Mas o projeto vai avançar juntamente com a Câmara de Monção e será levado a bom porto. Mas é necessário os produtores se mentalizem que o projeto só existe porque eles são os principais atores, e são eles que podem alavancar o projeto e criar a rede.

O Vereador Vítor Cardadeiro comenta que se compreende a postura da Adega Cooperativa de Monção, uma vez que tem 75% das uvas do território. Considera também que era importante incluir os produtores de gado, nomeadamente do cabrito, era importante tentar aumentar a produção no território.

O Vereador José Adriano informa que tem havido reuniões com os produtores de gado, uma vez que é um sector que está a crescer, que tem vitalizado as zonas mais de montanha e em que cada vez mais, é uma aposta de gente jovem. Podem ser construídos projetos interessantes e serem introduzidos na Rota.

O Vereador transmite que o processo da Rota iniciou no primeiro ano de mandato com o desenho do projeto, algo consensual entre as duas Câmaras, trabalhou-se no processo, fez-se a candidatura e nesta fase elaborou se uma proposta de Regulamento que está em consulta pública. Já tem tido contributos, uns positivos e outros negativos que serão analisados. O que existe é contra informação, ou seja, há atores no terreno que produzem contra informação para gerar guerra. Neste caso os atores de Melgaço devem sentir orgulho do trabalho que se está a desenvolver.

II - Ordem do dia

Administração Municipal

248. Presente para efeitos de análise e votação a Ata nº24 de 25-11-2020.

O Executivo deliberou, por unanimidade, não tendo participado na votação o Vereador Alexandre Bruno Barros Reinales, aprovar a Ata nº24 de 25-11-2020.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

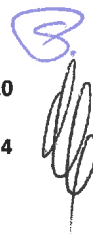
249. Justificação de faltas.

O Presidente da Câmara justificou a sua ausência à última reunião por motivos pessoais.

O Executivo deliberou por unanimidade aprovar a justificação de falta.

Divisão de Desenvolvimento, Educação e Cultura

250. Presente para efeitos de ratificação a proposta de alteração das datas da feira semanal e encerramento do Mercado Municipal nos dias 25 de dezembro e 1 de janeiro em virtude dos feriados do Natal e Ano Novo, que ficará anexa a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.



O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação nº9742 de 04-12-2020 e ao abrigo do nº3 do artigo 27º do RMAENS, do nº2 do artigo 11º do ROEEMM, ratifica a aprovação da alteração da feira semanal para os dias 22 e 29 de dezembro de 2020.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

251. Presente para efeitos de aprovação a proposta de isenção do pagamento de taxas devidas pela ocupação dos lugares da feira semanal e do Mercado Municipal durante o mês dezembro de 2020 no seguimento do contexto da segunda vaga da pandemia COVID-19, que ficará anexa a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação nº9440 de 24-11-2020 e no uso do disposto no nº1 do artigo 2º da Lei nº6/2020, de 10 de abril, da alínea e) do nº1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, aprovar a proposta de isenção do pagamento de taxas devidas pela ocupação dos lugares da feira semanal e do Mercado Municipal durante o mês dezembro de 2020 no seguimento do contexto da segunda vaga da pandemia COVID-19.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

252. Presente para efeitos de aprovação o apoio de emergência para bens alimentares no âmbito da situação de pandemia por COVID-19, que ficará anexo a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação nº9673 de 02-12-2020, aprovar o apoio de emergência para bens alimentares no âmbito da situação de pandemia por COVID-19.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

253. Presente para efeitos de aprovação a proposta de júri e valores a atribuir no âmbito dos Incentivos à Formação, que ficará anexa a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação nº9676 de 02-12-2020 e no uso do artigo 8º e no nº1 do artigo 5º do Regulamento Municipal dos Incentivos à Formação, aprovar a proposta de júri apresentada, bem como, os respetivos valores de apoio a atribuir.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

254. Presente para efeitos de aprovação ofício da Associação Cultural e Recreativa S. Tiago de Penso a solicitar a concessão de um subsídio para execução das atividades constantes do Plano Anual, que ficará anexa a esta ata. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação nº8596 de 30-10-2020 e no uso da alínea u), do nº1, do artigo 33º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, conceder um subsídio no valor de 1.500,00€.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.



255. Presente ofício da Associação Recreativa Cultural e Desportiva Melgaço em Movimento a solicitar a concessão de um subsídio para aquisição das prendas de Natal para os filhos dos funcionários e de um vale refeição para os funcionários a gastar na restauração local, que ficará anexa a esta ata. A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Presidente informa que dado que é um ano diferente, em que não pode haver o tradicional jantar de Natal dos funcionários e a festa de entrega dos presentes de Natal aos filhos que costuma decorrer no dia seguinte, optou-se por esta solução, entregar um voucher para ser utilizado na restauração local, assim como os presentes que foram todos adquiridos no comércio local, impulsionando assim os agentes locais.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação nº9755 de 04-12-2020 e no uso da alínea p) do nº1 do artigo 33º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, conceder um subsídio no valor de 4.240,00€. Esta deliberação foi aprovada em minuta.

256. Presente para efeitos de aprovação o Protocolo com a Fabrica da Igreja Paroquial de Salvador de Paderne para reabilitação, conservação e valorização da Igreja e envolvente do Convento de S. Salvador de Paderne, que ficará anexa a esta ata. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Presidente informa que a Câmara irá ser dono de obra da Reabilitação da Igreja do Convento de São Salvador de Paderne, estando já está a trabalhar numa candidatura ao NORTE 2020, a um Aviso que é dirigido e que termina a 22-01 o prazo para apresentação das candidaturas. Isto decorre de um acordo com a Direção Geral do Tesouro que assumirá a contrapartida não financiada por este aviso.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação nº9722 de 03-12-2020 e ao abrigo da alínea o) e t) do nº1 do artigo 33º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, aprovar o Protocolo com a Fábrica da Igreja Paroquial de S. Salvador de Paderne para reabilitação, conservação e valorização da Igreja e envolvente do Convento de S. Salvador de Paderne. Esta deliberação foi aprovada em minuta.

257. Presente para efeitos de aprovação o Plano de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PDSS) para 2021, que ficará anexo a esta ata. A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Presidente começa por informar que foi revista a estrutura do PDSS para ter uma leitura mais fácil e mais enquadrada de todos os pontos.

Inicia a apresentação do documento evidenciando que o ponto 1 faz um balanço, apresentando uma visão transversal de todas as medidas do documento desde 2008 a 2020. O Ponto 2 evidencia as medidas de apoio à família a manter e renovar que já são conhecidas dos vereadores de naos anteriores. O ponto 3 promove a manutenção das medidas de apoio ao investimento. O Ponto 4 apresenta um enquadramento da situação

atual do concelho face ao mercado de habitação, um trabalho desenvolvido pelo Lugar do Plano, enquadro no Estudo para a Estratégia Local de Habitação. De seguida apresenta as medidas nacionais que se considera ser importante manter no documento para posteriormente serem divulgadas pelos munícipes. O Ponto 4.3 evidencia as novas medidas propostas de âmbito local que são arrojadas. Lembra que com a construção de uma nova zona empresarial é necessário reforçar o parque habitacional em Melgaço.

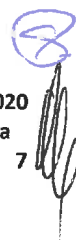
O Vereador Vítor Cardadeiro requer a palavra começando por afirmar que não vai estra presente na aprovação de mais nenhum PDSS e que como todos sabem, tem um carinho especial pelo documento e pelas medidas sociais que continua a considerar ficarem aquém do que considera que seria revolucionário para Melgaço. Parabeniza o Presidente pelas medidas no âmbito da Habitação. O vereador Vítor Cardadeiro prossegue afirmando que quando ouviu falar da Campanha Viver em Melgaço, ficou contente, mas agora sente-se desiludido, com o vertido no documento do PDSS, porque tal como se deu um, passo na área da Habitação, existem outras medidas que se poderiam adotar como o Seguro de Saúde. Uma outra questão é porque não dar o passo na retenção do IRS, houve outras Câmaras a fazê-lo, embora não seja muito valor, acaba por ser algo psicológico e que conta para as pessoas que vem de fora morar para Melgaço, quem tiver muito dinheiro acaba por ser um bom incentivo. No apoio na área da Saúde e energético apenas se contabiliza para quem já está em Melgaço há dois anos, devia contar também para quem vem agora morar para Melgaço. O vereador continua dizendo que já não conta estar no executivo municipal para ver isso, mas com a criação da nova ZEA, deveria ser criado um gabinete de procura de investidores. Foi muito bem trabalhada a questão da Zona Empresarial, mas agora é preciso fazer com que se abanem os concelhos vizinhos, o Presidente tem garantido uma boa gestão, mas está na altura de ser mais arrojado, ser único. Por último acrescenta que gostava que a Carreira Pública se pudesse manter durante o dia todo e não só ter duas viagens de manhã e de tarde.

O Vereador Alexandre Reinales concorda com o vereador Vitor, afirmando que o Presidente deveria ser mais arrojado, um pouco como fez o Presidente dos Arcos com Sistelo chamando –lhe “O Tibete Português”.

O Presidente da Câmara tomou a palavra agradecendo as palavras do vereador Vitos Cardadeiro e salientando que a oposição tem o seu papel, e que deve fazê-lo sendo extremamente importante para a democracia funcionar, no entanto o executivo em funções é quem efetivamente tem que tomar as decisões. Não tem nada contra as posições e perspetivas do que foi dito pelo vereador da oposição, mas as decisões que se tomam tem que ter em conta a capacidade financeira do Município. Acrescenta que o documento em análise podia ser mais arrojado, mas não conhece ainda assim outro documento como este nas câmaras com capacidade idêntica.

Relativamente à questão da comparação com os Arcos, afirma que Melgaço está mais à frente, com uma visão clara do que quer para o futuro do Turismo. Nesse contexto foi elaborado o estudo estratégico para o território, definiu-se a marca, os produtos e comunicou-se, e com isto existe um fio condutor no processo.

É prova disso este ano que apesar das condições que se vivem, houve um enorme crescimento na procura do nosso território para férias, procura dos desportos radicais e do turismo de natureza. O Município sempre alavancou a questão do turismo e investiu para



criar riqueza para o território. Do ponto de vista do Turismo o Município de Melgaço está sem sombra de dúvidas no bom caminho. Não é à toa que no dia de hoje se deu o primeiro passo para a construção do Grande Hotel do Peso, existe também um projeto para o Hotel Ranhada, ou seja, quem investe tem perspectivas de rentabilizar os seus negócios. Fazendo a ligação à Termas, claramente se percebe que são necessários estes investimentos para também alavancar o projeto Termas, que é um projeto difícil, com muita despesa fixa, mas que espera ver no futuro, não com o gás que teria nas décadas de 20 a 60, mas de forma sustentada a crescer e a fazer crescer o turismo de saúde. O Presidente continua a sua intervenção acrescentando que relativamente à Habitação, urge preparar o futuro, uma vez que nos dias de hoje se coloca esse paradigma. Estes últimos anos têm sido de reviravolta, deixou-se cair a emigração e virou-se mais para dentro, para a criação de riqueza interna, de aposta nos produtos locais. O vinho tem tido um papel fundamental na economia e distribuição de riqueza, mas também como já aqui foi falado a criação do gado na montanha, já se está a trabalhar na criação de uma marca para a carne. Outro filão importante é o Industrial, está-se a trabalhar muito seriamente a questão da Zona empresarial, a trabalhar na captação de empresas e a criar as condições para se instalarem como a melhoria das estradas com ligações à Galiza mais rápidas. Há todo um conjunto de infraestruturas que podem ser feitas para melhorar a fluidez do tráfico de pessoas e mercadorias.

Relativamente à questão dos transportes públicos, ainda não está bem resolvida porque tem que ser a nível da CIM, por enquanto a solução encontrada é a melhor possível para dar resposta à população.

O Executivo deliberou, por maioria, com duas abstenções do Vereador Vítor Sílvia Cardadeiro e do Vereador Alexandre Bruno Barros Reinales, nos termos de facto e de direito constantes da informação apresentada e no uso da competência prevista na alínea a), nº1, do artigo 33º, da Lei nº75/2013 de 12 de setembro, aprovar e submeter à próxima sessão da Assembleia Municipal, o Plano de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PDSS) para 2021.

Neste assunto foi apresentada declaração de voto pelos Vereadores da coligação "Pra Frente Melgaço", utilizando o prazo de 48 horas.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

Divisão de Obras e Serviços Urbanos

258. Presente ofício da Junta de Freguesia de S. Paio a solicitar a concessão de subsídio para as obras de alargamento do caminho do Soutulho, que ficará anexa a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação nº9727 de 04-12-2020 e no uso da competência prevista na alínea o) do nº1 do artigo 33º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, conceder um subsídio no valor de 9.040,50€, para as obras de alargamento do caminho do Soutulho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.



Divisão de Planeamento e Gestão Territorial

259. Presente para efeitos de aprovação e posterior submissão à próxima sessão da Assembleia Municipal o Projeto de Regulamento Municipal de Uso de Fogo e Limpeza de Terrenos Privados em Espaço Não Rural, que ficará anexa a esta ata. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por maioria, com 2 abstenções do Vereador Vítor Sílvio Cardadeiro e do Vereador Alexandre Bruno Barros Reinales, nos termos de facto e de direito constantes da informação nº9679 de 02-12-2020 e no uso das competências conferidas, pela alínea k) do nº1 do artigo 33º e alínea g) do nº1 do artigo 25º, do anexo I, à Lei nº75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar e submeter à próxima sessão da Assembleia Municipal, o Regulamento Municipal de Uso de Fogo e Limpeza de Terrenos Privados em espaço Não Rural.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

260. Presente para efeitos de aprovação ofício da Junta de Freguesia de Paderne a solicitar subsídio para colocação de placas de toponímia, que ficará anexo a esta ata. A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação nº9709 de 03-12-2020 e no uso da competência prevista na alínea o) do nº1 do artigo 33º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, conceder um subsídio no valor de 14.090,00€ + IVA, para colocação de placas de toponímia.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

261. Presente para efeitos de aprovação e posterior submissão à próxima Assembleia Municipal a proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Peso, que ficará anexa a esta ata. A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação nº7867 de 12-12-2020 e no uso da faculdade que lhe confere a alínea a) do nº1, do artigo 33º da Lei 75/2013, na redação atual, conjugada com o nº1 do artigo 13º e do nº1 do artigo 13º, do Decreto-Lei 307/2009, na redação atual, aprovar e submeter à próxima sessão da Assembleia Municipal, a proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Peso.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

262. Presente requerimento de Tatiana Sofia Marques Azevedo a solicitar isenção de taxas de edificação previstas no Regulamento Municipal, por se enquadrar em medida prevista no Plano de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PDSS), que ficará anexa a esta ata. A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação nº9759 de 04-12-2020 e no uso do artigo 5º do Plano de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PDSS), aprovar a isenção de taxas de edificação.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.



Divisão de Gestão Municipal

263. Presente para efeitos de aprovação o Protocolo com o Centro Interparoquial Alto Mouro para apoio na construção de Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI), que ficará anexa a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação nº9744 de 04-12-2020 e no uso e para os efeitos da alínea o) e u) do nº1 do artigo 33º, ambos do Anexo I à Lei nº75/2013, de 12 de setembro, ratificar a aprovação do Protocolo com o Centro Interparoquial Alto Mouro para apoio na construção de Estrutura Residencial para Idosos (ERPI).

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

264. Presente para efeitos de aprovação e posterior submissão à próxima sessão da Assembleia Municipal a contratação do empréstimo de longo prazo e subsídio reembolsável FEEI, no valor de 2.206.563,92€, que ficará anexo a esta ata. A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Vereador Vítor Cardadeiro questiona se a Câmara Municipal era obrigada a consultar o banco Santander, uma vez que já não possui balcão em Melgaço.

O Presidente esclarece que sim, uma vez que são as três entidades que têm acordo com o IFRRU.

O Executivo deliberou, por maioria, com abstenção do Vereador Vítor Sílvio Cardadeiro e do Vereador Alexandre Bruno Barros Reinales, nos termos de facto e de direito constantes da informação nº9762 de 08-12-2020 e no uso da alínea f) do nº1 do artigo 25º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro e nº5 do artigo 49º da Lei nº73/2013 de 3 de setembro), aprovar e submeter à próxima sessão da Assembleia Municipal, a contratação do empréstimo de longo prazo e subsídio reembolsável FEEI, no valor de 2.206.563,92€.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

265. Presente para efeitos de aprovação e submissão à Assembleia Municipal, a majoração da taxa a aplicar aos prédios urbanos degradados para o ano de 2020, que ficará anexa a esta ata. A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por maioria, com abstenção do Vereador Vítor Sílvio Cardadeiro e do Vereador Alexandre Bruno Barros Reinales, nos termos de facto e de direito constantes da informação nº9760 de 08-12-2020 e de acordo com a alínea ccc), do nº1 do artigo 33º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, aprovar e submeter à próxima sessão da Assembleia Municipal, nos termos da alínea c), do nº1 do artigo 25º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro e nº8 do artigo 112º do Código do IMI, a majoração em 30% da taxa a aplicar aos prédios urbanos degradados para o ano de 2020.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

266. Presente para efeitos de aprovação e posterior submissão à Assembleia Municipal a adjudicação da aquisição de serviços para "Certificação por auditor externo das contas anuais do Município de Melgaço", que ficará anexa a esta ata. A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por maioria com duas abstenções dos Vereadores Vítor Sílvio Cardadeiro e Alexandre Bruno Barros Reinales, nos termos de facto e de direito constantes da informação nº8398 de 23-10-2020 e no uso da competência que lhe confere o n.º 1 artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, aprovar a contratação de auditor externo para certificação das contas do ano económico de 2019.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

Presidência

267. Presente para efeitos de aprovação e posterior submissão à próxima sessão da Assembleia Municipal a proposta para as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2021, que ficará anexa à presente ata.

O Presidente da Câmara apresentou o Orçamento Municipal como ambicioso, o maior dos últimos anos, com obras de grande impacto para o Município. De seguida procedeu à apresentação do Orçamento através dos diferentes quadros da apresentação para ser de mais fácil compreensão. O Orçamento apresenta um valor global de 25.141.608,00€, sendo a receita corrente prevista de 14.516.318,00€ e a receita de capital de 10.625.290,00€. Do lado da Despesa corrente apresenta um valor de 13.711.734,00€ e despesas de capital no valor de 11.429.874,00€. Do lado da receita corrente é de salientar o valor dos impostos, das transferências do Estado e da venda de bens e serviços. Do lado da receita de capital, o valor das transferências de capital. No que concerne à Despesa corrente as despesas com o pessoal e com a aquisição de bens e serviços são a grande fatia da despesa corrente, sendo nas despesas de capital os investimentos tais como a Requalificação das Piscinas e a Zona empresarial os grandes investimentos previstos para 2021. Falou de forma mais detalhada de todos os investimentos a realizar nas rubricas de capital, dos apoios a associações locais nomeadamente do reforço no apoio aos Bombeiros e dos apoios às juntas de freguesia.

O Vereador Vitor Cardadeiro refere que não tem muito mais a acrescentar, uma vez já foram discutidos os assuntos essenciais no ponto anterior.


O Executivo deliberou, por maioria, com a abstenção do Vereador Vítor Sílvio Cardadeiro e do Vereador Alexandre Bruno Barros Reinales, nos termos e para os efeitos da alínea c) do nº1 do artº33 da Lei 75/2013, de 12 setembro, aprovar e submeter à próxima sessão da Assembleia Municipal, a proposta para as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2021.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

E nada mais havendo a tratar, quando eram 19.10 horas, foi a reunião encerrada pelo Senhor Presidente, da qual, para constar, se lavrou a presente acta.

E eu, Sandra Pinho, Chefe de Divisão da Divisão de Gestão Municipal da Câmara Municipal de Melgaço, a subscrevi.

O Presidente da Câmara Municipal



Manoel Batista Calçada Pombal

Declaração de voto

Reunião de Câmara de 2020-12-14

Vitor Cardadeiro e Alexandre Reinales, vereadores da Câmara Municipal de Melgaço, eleitos pelas listas da coligação Prá Frente Melgaço, abestiveram-se na votação do assunto 257, referente ao Plano de Desenvolvimento Sustentavel e Solidario para 2021, com os seguintes fundamentos:

A nossa expectativa para o PDSS 2021 estava alta! De facto o aparecimento da campanha Viver em Melgaço fez-nos recuar no tempo e lembrar qual foi a nossa grande motivação de candidatura e a razão para a esmagadora maioria das nossas medidas programáticas!

Era urgentissimo fazer regredir a tendencia de perda de população! Essa era a principal ameaça ao nosso territorio! Motivar os Melgacenses a manter a sua vida e os seus negocios no concelho e atrair muitos outros a querer viver em Melgaço!

Assim quando começamos a ver e ouvir a campanha Viver em Melgaço pensamos ter o nosso executivo tido finalmente essa consciência e viriam aí medidas diferenciadas com efectivo impacto na atração de residentes!

Afinal o PDSS para 2021 demonstra que nada mudou! Continuaremos a ser o concelho que mais perde população do Alto Minho! Se vêmos novas medidas para a habitação que efectivamente eram fundamentais e que estrategicamente abrem caminho para que a construção possa ter finalmente um caminho a percorrer no sentido daquilo que são as nossas necessidades, a verdade é que é o principio de um longo caminho que precisa de ser feito! A comprova-lo o valor previsto para a habitação no orçamento para o proximo ano, 0,1% do total!

Queremos efectivamente que mais pessoas vivam na nossa terra!? Queremos atrair novos residentes? Então não compreendemos que as medidas 2.2.4 e 2.2.5. que apoiam as familias na area da saude e do apoio ao consumo energetico sejam apenas para os que vivem no concelho há dois anos! Queremos ter sucesso na campanha Viver em Melgaço?! Queremos atrair residentes?!!

Não queremos pensar que vem aí é só propaganda! As pessoas não escolhem viver numa terra por campanhas publicitarias! Se queremos mesmo e acreditamos mesmo sermos capazes de diferenciar o concelho e captar residentes, criêmos um gabinete capaz de o fazer por toda a Diáspora e nossa envolvente Galega, activo todos os dias do ano! Dêmos os 5% do IRS aos que cá vivem e queiram viver!

Um seguro de saude para todos, medida verdadeiramente revolucionaria e inovadora que seria grande alavanca de atração de residentes e factor critico do sucesso da nossa estância termal e nosso objectivo primordial:

Sermos referência no Turismo de Saude em Portugal!

Pelo exposto, abestemo-nos nesta votação.

Os Vereadores da coligação Pra Frente Melgaço, Subscrevem, 14-12-2020

